UFSM

InterAção

ISSN 2357-7975
ACESSO ABERTO

IA., Santa Maria, v. 17, n. 3, e97244, p. 1-26, 2026 • https://dx.doi.org/10.5902/2357797597244
Submissão: 17/06/2026 • Aprovação: 14/09/2026 • Publicação: 02/10/2026

Artigos Dossiê

Amazônia, mudanças climáticas e defesa: um estudo a partir da metodologia do estado de conhecimento

Amazonia, climate change, and defense: a study based on the state of knowledge methodology

Oscar Medeiros Filho[I]
Michele Eduarda Brasil de Sá[I]

[I]Escola Superior de Defesa, Brasília, DF, Brasil

Resumo

O objetivo do trabalho é testar a aplicação da metodologia do estado de conhecimento a uma pesquisa sobre geopolítica da Amazônia e o dilema entre gestão soberana e desenvolvimento sustentável. São apresentados os passos da metodologia e levantadas as diferenças entre o estado de conhecimento, a revisão de literatura e a pesquisa bibliográfica. A partir da aplicação da metodologia, conclui-se que ela permite mapear tendências e lacunas na produção científica recente, mas enfrenta desafios como a volatilidade dos resultados em bases de dados e limitações de recorte temporal. Recomenda-se calibrar termos de busca e escolher bases mais estáveis para resultados confiáveis, além de reservar o uso desta metodologia para temas de pesquisa sobre os quais não haja muitas publicações.

Palavras-chave: Estado de conhecimento; Amazônia; Defesa; Mudanças climáticas

Abstract

The objective of this study is to test the application of the state of knowledge methodology to research on Amazonian geopolitics and the dilemma between sovereign management and sustainable development. The steps of the methodology are presented, and the differences between the state of knowledge, literature review, and bibliographic research are highlighted. Based on the application of the methodology, it is concluded that it allows for mapping trends and gaps in recent scientific production, but faces challenges such as the volatility of results in databases and limitations of time frames. It is recommended to calibrate search terms and choose more stable databases for reliable results, in addition to reserving the use of this methodology for research topics on which there are not many publications.

Keywords: State of knowledge; Amazonia; Defense; Cimate change

Artigo publicado por InterAção sob uma licença CC BY-NC-SA 4.0.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo aplicar a metodologia do estado de conhecimento aos estudos de Defesa, mais especificamente ao debate sobre geopolítica para a Amazônia, com foco no dilema entre gestão soberana e desenvolvimento sustentável. É resultado de atividades de pesquisa realizadas no âmbito do curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Segurança, Desenvolvimento e Defesa da Escola Superior de Defesa (ESD), iniciada no segundo semestre de 2024 e que, de modo provisório, intitulava-se "MODELOS DE GESTÃO SOBERANA E SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO".

Partindo da análise de conteúdo (Bardin) para estudo dos textos, a pesquisa – qualitativa quanto a sua abordagem, exploratória quanto a seus objetivos e bibliográfica e documental quanto a seus procedimentos técnicos – buscava analisar em que medida a presença internacional na Amazônia (materializada em acordos de cooperação e/ou financiamento ambiental e seus instrumentos) poderia colocar em xeque a sua gestão soberana. Partia-se de uma hipótese inspirada nas ideias de Meira Mattos (2011) quando, ainda na década de 1980, sugeria que o Brasil não poderá prescindir do apoio externo (seja do capital, seja da tecnologia) de outros países ou de organismos internacionais, mas também não pode pôr em risco a sua soberania diante de discursos que advoguem a respeito de uma alegada incapacidade de gestão da parte do Estado brasileiro.

O presente artigo, entretanto, não visa discutir elementos substanciais da pesquisa, mas tão somente descrever os passos metodológicos no diálogo com a literatura. Para tanto, o artigo está dividido em duas seções. Na primeira seção descreveremos a metodologia estado de conhecimento e apresentaremos uma comparação entre esta, a pesquisa bibliográfica e a revisão de literatura. Na segunda seção, aplicaremos os passos do estado de conhecimento à pesquisa proposta, com o objetivo de testar este procedimento metodológico.

2 ESTADO DE CONHECIMENTO: O QUE É?

Segundo Morosini e Fernandes (2014), o estado de conhecimento é uma prática metodológica que consiste no processo de "[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo" (p. 102). O eixo de busca diz respeito a um tema específico, mas o *corpus* que resulta desta busca compreende publicações de natureza diversa (periódicos, teses, dissertações e livros) sob um determinado recorte (temporal, por exemplo).

O Estado de conhecimento como metodologia surge como resposta à necessidade de melhor selecionar e organizar as fontes bibliográficas que possam ser mais proveitosas para uma determinada pesquisa. A produção científica em periódicos nacionais segue aumentando e, conforme aumenta o número de trabalhos publicados, aumentam também as possibilidades e os vieses. Como encontrar mais facilmente os melhores textos (por melhores, entendam-se sobretudo os mais úteis a um determinado esforço de pesquisa)?

Em um primeiro contato com a metodologia, a impressão que se tem é que ela é apenas um nome diferente para algo que já se faz. É inevitável pensar em termos já conhecidos, como pesquisa bibliográfica (ou ainda levantamento bibliográfico) ou revisão de literatura. As metodologias de pesquisa bibliográfica, revisão de literatura e estado do conhecimento são relacionadas, mas apresentam diferenças importantes em seus objetivos, procedimentos e abrangência. Antes de prosseguir, é conveniente estabelecer uma distinção entre os termos.

2.1 Pesquisa bibliográfica, revisão de literatura e estado de conhecimento – diferenças

Os três termos referem-se à etapa inicial de pesquisa, em que se busca a formação e o robustecimento do arcabouço teórico. Nos três casos se procede ao levantamento e análise crítica de obras publicadas (livros, artigos, teses etc.) sobre

um tema específico, e nos três se observa o objetivo de fundamentar teoricamente um trabalho científico. Todos voltam-se para resolver um problema ou hipótese por meio do estudo dos referenciais teóricos já existentes, não apenas atualizando, mas também desenvolvendo o conhecimento sobre o tema. Todos acabam por situar o trabalho no contexto acadêmico mais amplo e podem assumir um recorte específico (cronológico, temático etc.), no mesmo tempo em que nenhum deles prescinde de um exame crítico do material levantado. Com tantas semelhanças, não é de se estranhar que sejam confundidos.

O estado do conhecimento, metodologia escolhida para aplicação aqui, estrutura a análise da produção científica (teses, dissertações, artigos, livros) de uma área específica em um determinado recorte (geralmente temporal). Ele envolve a escolha criteriosa das fontes, organização do corpus, categorização analítica e síntese reflexiva, visando mapear o que está sendo pesquisado, as abordagens utilizadas e identificar tendências e lacunas para novas pesquisas. Consiste em etapas específicas e bem delimitadas que pretendem ser uma forma aprofundada e sistematizada de pesquisa bibliográfica, com ênfase na reflexão e síntese da produção científica recente (ou seja, uma soma das outras duas metodologias).

Como características principais do estado de conhecimento (que as distingam na comparação), temos: 1) a preocupação com a produção científica atual e relevante de uma área, materializada em bases de dados em constante atualização; 2) desenvolvimento em etapas metodológicas rigorosas, que compreendem seleção, categorização, análise e síntese; 3) foco na compreensão do que seja o “campo” de pesquisa, identificando suas tendências e lacunas, descritas na Tabela 1.

Tabela 1 – Resumo das diferenças entre os termos

Aspecto	Pesquisa Bibliográfica	Revisão de Literatura	Estado do Conhecimento
Objetivo	Levantar e analisar obras para fundamentar teoricamente um problema	Analisar criticamente e sintetizar conhecimento para responder a uma pergunta específica	Mapear e sintetizar a produção científica atual de uma área para compreender seu desenvolvimento e lacunas
Abrangência	Obras publicadas variadas (livros, artigos etc.)	Trabalhos acadêmicos relevantes e variados	Produção científica recente e relevante (teses, artigos, livros)
Metodologia	Busca e análise sistemática das fontes	Pode ser narrativa, sistemática, integrativa etc., com critérios variados	Processo estruturado com seleção, categorização e análise reflexiva do corpus
Resultado	Fundamentação teórica para pesquisa	Síntese crítica do conhecimento existente	Mapeamento detalhado do estado atual do conhecimento e identificação de tendências e lacunas
Uso principal	Base para desenvolvimento teórico	Contextualização e fundamentação do estudo	Direcionamento e inovação em pesquisas futuras

Fonte: Autores (2026)

Resumindo, pode-se dizer que a pesquisa bibliográfica é o levantamento e análise das fontes **para embasar teoricamente um estudo**; a revisão de literatura é uma análise crítica e síntese do conhecimento existente **para responder a uma questão**; e o estado do conhecimento é uma metodologia mais estruturada e sistematizada que visa **mapear e refletir sobre a produção científica atual de uma área, identificando tendências e lacunas para novas pesquisas**.

2.2 As etapas da metodologia

Feita esta distinção, é oportuno agora apresentar as etapas da metodologia do estado do conhecimento. Cada um dos passos do processo metodológico pode ser descrito como segue (Morosini et al., 2021):

Passo 1 – Escolha das fontes de produção científica: seleção de bancos de dados nacionais e internacionais, como BDTD e CAPES, para reunir as fontes relevantes, incluindo teses, dissertações, livros e outros documentos acadêmicos. Desde o primeiro passo é possível moldar o perfil da pesquisa (por exemplo, escolher se a busca vai se restringir a textos escritos em um determinado idioma, a uma determinada área do conhecimento, entre outros critérios mais gerais, de forma a selecionar as bases de onde se extrairão as fontes).

Passo 2 – Seleção dos descritores de busca: definição de palavras-chave e termos de busca que representam o tema de interesse, essenciais para orientar a recuperação das informações nos repositórios.

Passo 3 – Organização do *corpus* de análise: Leitura flutuante dos resumos e textos coletados, para fazer uma triagem inicial e identificar as fontes mais pertinentes ao tema, formando o conjunto de materiais que farão parte do estudo.

Passo 4 – Seleção dos primeiros achados na bibliografia anotada: priorização e registro dos materiais mais relevantes, com base na leitura e análise inicial, para aprofundar o levantamento e garantir foco no tema.

Passo 5 – Identificação e seleção de fontes para a bibliografia sistematizada: escolha das fontes que integrarão de forma sistemática o *corpus* de análise, organizando-se na forma de categorias ou códigos analíticos.

Passo 6 – Construção das categorias analíticas: análise qualitativa do conteúdo das fontes selecionadas, elaborando categorias interpretativas que permitam organizar e compreender o conjunto da produção científica sobre o tema.

Cada um dos passos aponta para o traço distintivo da metodologia: que o levantamento “da gestão do campo científico inclui-se aí também na compreensão do estado de conhecimento, que envolve não apenas a classificação dos textos, mas também o entendimento do contexto de sua produção” (Morosini et al., 2021, p. 70). Na próxima seção, cada passo será apresentado na prática, conforme for aplicada a metodologia ao tema da pesquisa da dissertação.

3 APLICANDO A TEORIA: O TEMA DA DISSERTAÇÃO NAS ETAPAS DO ESTADO DE CONHECIMENTO

3.1 Escolha das fontes (passo 1)

Observada a importância do passo 1 para o desenvolvimento do restante do trabalho, e constatado o grande número de trabalhos publicados que abordem a Amazônia, foi necessário delimitar a escolha das fontes de acordo com alguns critérios bem definidos. O primeiro deles diz respeito à língua em que os trabalhos foram publicados – optou-se por selecionar apenas trabalhos escritos em língua portuguesa. O motivo desta restrição encontra fundamento na intenção de privilegiar a produção acadêmica nacional sobre um tema que nos é caro como nação.

O segundo critério diz respeito à base de dados selecionada. Em vez de realizar a busca em mais de uma base individualmente, optou-se por utilizar o Google Acadêmico© (https://scholar.google.com.br/), uma vez que ele realiza a busca em várias outras bases (revistas acadêmicas indexadas, repositórios institucionais, websites de pesquisa como Researchgate.net© e Academia.edu©, entre outras fontes de interesse). Esta opção parecia muito eficiente em um primeiro momento, porém revelou-se problemática, como será discutido mais adiante.

O terceiro critério refere-se ao recorte temporal. Como a busca inicialmente retornou mais de 10.000 trabalhos, considerou-se a possibilidade de diminuir o recorte temporal para abarcar apenas trabalhos publicados a partir de 2024. Esta escolha também foi problemática, pois reduziu drasticamente o número de trabalhos, excluindo alguns trabalhos relevantes publicados em anos anteriores. Foi preciso calibrar também as escolhas dos termos indutores e a forma de utilizá-los, aplicando operadores booleanos para refinar os resultados, como se verá a seguir.

3.2 Experimentando os termos de busca (passo 2)

Em um primeiro momento, foram utilizados os seguintes termos de busca: “soberania”, “defesa”, “mudanças climáticas” e “Amazônia”. Imediatamente percebeu-

se a necessidade de utilizar-se o operador booleano “E”, a fim de encontrar textos em que os quatro termos aparecessem. Ainda com a utilização do operador booleano, houve o retorno de aproximadamente 2.910 resultados, pelo que resolveu-se limitar a busca aos trabalhos publicados desde 2024. Com este filtro temporal, obteve-se aproximadamente 339 resultados, dentre os quais foram selecionados inicialmente 23 trabalhos, reduzidos a um grupo de 15 após a exclusão de monografias de final de curso de graduação.

3.3 O *corpus* de análise e os primeiros problemas

Elaborando uma tabela com a finalidade de melhor organizar o material coletado, classificamos os itens de acordo com o tipo de trabalho (gênero textual), o assunto/área do conhecimento, a metodologia utilizada e as palavras-chave tais como apresentadas pelos autores dos textos. Dos 15 trabalhos, houve 01 artigo TCC de curso de especialização; 08 artigos em revistas acadêmicas (sendo 01 apresentado em evento acadêmico e mantido entre os resultados por ter sido submetido à avaliação duplo-cega); 03 artigos em veículos de publicação de *think tanks*; 02 dissertações de mestrado; e 01 tese de doutorado. As áreas de conhecimento e assuntos predominantes encontrados foram Economia, Ciência Política e Geopolítica.

Durante a execução do passo 3, em que se procede a uma leitura flutuante (para construção da bibliografia anotada e sistematizada) e, em seguida, a uma leitura aprofundada dos textos selecionados (para organização das categorias analíticas), alguns problemas foram identificados diante do *corpus* obtido até o momento. O primeiro deles foi a ausência de alguns trabalhos relevantes para a pesquisa no resultado da busca. Já era de nosso conhecimento o texto “Por uma geopolítica sustentável para a Amazônia: soberania, segurança e desenvolvimento”, de Oscar Medeiros Filho, em que o autor inclusive discorre sobre o termo “geopolítica sustentável”, de interesse direto para a pesquisa. O texto foi publicado em 2024 na revista “Diálogos Soberania e Clima”, publicação do Centro Soberania e Clima, estando, portanto, dentro do recorte

temporal previsto. A busca tinha retornado também outros dois textos da mesma revista, assinalados em "artigos em veículos de publicação de *think tanks*" – ou seja, não era o caso de ter sido um texto publicado em um veículo que estivesse fora do alcance do Google Acadêmico. Por que a busca retornou alguns artigos de uma mesma revista, e outros, não?

O segundo problema, agravado pela percepção do primeiro, foi a limitação do recorte temporal escolhido inicialmente. Embora o objetivo que se deseja alcançar com a aplicação da metodologia do estado de conhecimento seja a identificação de trabalhos recentes, limitar a busca a trabalhos publicados apenas a partir de 2024 era algo limitador demais.

Por estes dois problemas, foi feita uma nova tentativa de busca, retomando-se o passo 1 do estado de conhecimento, desta vez alterando um pouco os termos de busca e colocando "Amazônia brasileira" como primeiro termo ("Amazônia brasileira" e "soberania" e "defesa" e "mudanças climáticas" e "segurança") e aumentando o recorte temporal para a partir de 2023. Foram obtidos aproximadamente 367 resultados (0,03 s), dentre os quais foram selecionados inicialmente 33 trabalhos. Após a leitura flutuante, o *corpus* foi reduzido para 24 trabalhos, sendo 10 artigos em revistas acadêmicas, 1 artigo em veículo de publicação de *think tank*, 2 artigos de monografia de final de curso (TCC - especialização), 1 artigo em revista informativa (publicada por universidade – USP), 1 capítulo de livro, 5 *policy papers*, 3 dissertações de mestrado e 1 material categorizado como "outra publicação" (intitulado "Atlas da Amazônia brasileira", publicado por instituição estrangeira). A lista que é resultado desta seleção preliminar encontra-se na Tabela 2.

Tabela 2 – Seleção preliminar dos trabalhos

	Referência	Gênero textual	Assunto/área do conheci-mento
1	COSTA, Eduardo José Monteiro. A Amazônia, Sustentabilidade e Soberania: estabelecendo a Arena para os debates durante a COP 30 em Belém (Paper 572). Papers do NAEA, v. 1, n. 1. https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/16818	Artigo (Revista Acadêmica)	Economia
2	ESTEVO, Jefferson; THOMAZ, Lais; GONDIM, Amanda. Mudanças climáticas e a transição energética: caminhos para reconstrução da política externa brasileira. Revista de Geopolítica, v. 15, n. 5, p. 1-15, 2024. http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/552	Artigo (Revista Acadêmica)	Ciência Política, Geopolítica
3	GARCIA, Tatiana de Souza Leite; DE GODOY, Luciene Patricia Canoa; MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. Agenda Ambiental no Regionalismo Sul-Americano: os casos do MERCOSUL e da OTCA. Carta Internacional, v. 19, n. 2, p. e1429-e1429, 2024. https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1429	Artigo (Revista Acadêmica)	Relações Internacionais
4	DE AGUIAR CAVALCANTE, Maria Madalena. A AMAZÔNIA NO CENTRO DA GEOPOLÍTICA GLOBAL. Terra Livre, v. 2, n. 63, p. 221-241, 2024. https://www.publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3681	Artigo (Revista Acadêmica) - trabalhos de Congresso (VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos)	Geopolítica, Geografia
5	SPADER, Ricardo. Os reflexos da segurança ambiental para o exercício da soberania do Estado Brasileiro na Amazônia Legal. Revista de Geopolítica, v. 15, n. 3, p. 1-17, 2024. http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/529	Artigo (Revista acadêmica)	Geopolítica, Relações Internacionais

Continuação ...

Tabela 2 – continuação

	Referência	Gênero textual	Assunto/área do conheci-mento
6	FURTADO, Everaldo Bastos; FRANCHI, Tássio. O Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM): uma estratégia de monitoramento ambiental e dissuasão para a Amazônia brasileira. Revista de Geopolítica, v. 14, n. 4, p. 1-15, 2023. http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/481	Artigo (Revista acadêmica)	Geopolítica
7	FERNANDES, Carolina Rosf Peroni. Financeirização do meio ambiente: respostas apresentadas na COP-26 para desacelerar mudanças climáticas. Geografares, n. 38, 2024. https://journals.openedition.org/geografares/12592	Artigo (Revista acadêmica)	Geografia Econômica
8	GOUVÊA, Claudio Taveira. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO HUMANA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA E SUAS CONSEQUÊNCIAS. Revista (RE) DEFINIÇÕES DAS FRONTEIRAS, v. 2, n. 6, p. 98-121, 2024. https://journal.idesf.org.br/index.php/redfront/article/view/90	Artigo (Revista acadêmica)	Geografia, Economia
9	FRANCHI, Tássio. Soberania e Meio Ambiente: as denúncias de crimes ambientais e a proteção aos povos indígenas como mecanismos de constrangimento internacional ao Brasil. 2024. https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2024/03/Artigo-Centro-Soberania-e-Clima-Soberania-e-Meio-Ambiente_Tassio-Franchi.pdf	Artigo (*think tank*)	Segurança, Defesa, Relações Internacionais
10	KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante; REYMÃO, Ana Elizabeth Neirão. Mudanças climáticas, bioeconomia e trabalho decente na Amazônia. Jus Scriptum's International Journal of Law, v. 8, n. 3-4, p. 69-106, 2023. https://internationaljournaloflaw.com/index.php/revista/article/view/172	Artigo (Revista acadêmica)	Direito
11	RITO, Rafael Duclou. AMAZÔNIA BRASILEIRA: OCUPAÇÃO E DESAFIOS NA FRONTEIRA. Revista (RE) DEFINIÇÕES DAS FRONTEIRAS, v. 2, n. 6, p. 79-97, 2024. https://journal.idesf.org.br/index.php/redfront/article/view/91	Artigo (Revista acadêmica)	

Continuação ...

Tabela 2 – continuação

	Referência	Gênero textual	Assunto/área do conheci-mento
12	FERREIRA, Márcio Borges; ALVES, Robson Ribeiro Vicente. A Política Nacional de Defesa e o meio ambiente: o impacto da temática ambiental no Planejamento Estratégico de Defesa. 2024. https://repositorio.esg.br/bitstream/123456789/2084/1/22%20-%20TCC%20CAED%202024_%20M%C3%A1rcio%20%26%20Robson.pdf	Artigo (TCC - especialização)	Defesa
13	DEMENICIS, Luciene da Silva; PANTOJA, Nara Vidal. A IMPORTÂNCIA DA GEOINTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS NA AMAZÔNIA EM PROL DA DEFESA NACIONAL1. A ESCOLA SUPERIOR DE DEFESA, p. 198. https://www.gov.br/esd/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/anuario-de-artigos-do-caed/anuario_ano-2021-1.pdf#page=198	Artigo (TCC - Especialização)	Defesa
14	ALVARES, Ticiana de Oliveira; NARITA, Beatriz Sakuma; RODRIGUES, Marcela Cardoso. A geopolítica da Amazônia e a integração latino-americana. Revista USP, n. 136, p. 83-102, 2023. https://revistas.usp.br/revusp/article/view/211780	Artigo (Revista informativa)	Geopolítica, Economia
15	MAIA NETO, Jacintho; FELIZARDO, Mariane Ferraz. AMAZÔNIA E DEFESA: INTERCONECTIVIDADES ATUAIS E FUTURAS. BRASIL E SUA INSERÇÃO FUTURA NA ORDEM MULTIPOLAR, p. 143. https://www.researchgate.net/profile/Elisa-Freitas-2/publication/391234364_A_COOPERACAO_MILITAR_BRASILEIRA_NA_CPLP_TENDENCIAS_JUNTO_AOS_PAISES_AFRICANOS/links/680f9db5d1054b0207e44c77/A-COOPERACAO-MILITAR-BRASILEIRA-NA-CPLP-TENDENCIAS-JUNTO-AOS-PAISES-AFRICANOS.pdf#page=164	Capítulo	Defesa
16	FERREIRA, Aurilene. Amazônia e Defesa: uma abordagem a partir do debate sobre desenvolvimento sustentável, soberania, defesa e segurança nacional na Amazônia brasileira. Diálogos Soberania e Clima, 2024. https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Dialogos-Soberania-e-Clima-Especial-No_03-Setembro-2024-Portugues-06-27-37.pdf	*Policy paper*	Defesa, Ciência Política

Continuação ...

Tabela 2 – continuação

	Referência	Gênero textual	Assunto/área do conheci-mento
17	MEDEIROS FILHO, Oscar. Por uma geopolítica sustentável para a Amazônia: soberania, segurança e desenvolvimento. Diálogos Soberania e Clima, 2024. https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Dialogos-Soberania-e-Clima-Especial-No_03-Setembro-2024-Portugues-06-38-49.pdf	*Policy paper*	Defesa, Geopolítica
18	GOMES FILHO, Paulo Roberto da Silva. Impactos das mudanças climáticas sobre o preparo e o emprego das Forças Armadas. Diálogos Soberania e Clima, 2024. https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Dialogos-Soberania-e-Clima-Especial-No_01-Janeiro-2024-Portugues-03-24-33.pdf	*Policy paper*	Defesa
19	DOS SANTOS, Antonio; RIBAS, Lídia Maria. Meio ambiente e soberania na Amazônia brasileira: desafio para o desenvolvimento nacional. Diálogos Soberania e Clima, 2024. https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Dialogos-Soberania-e-Clima-Especial-No_03-Setembro-2024-Portugues-06-78-89.pdf	*Policy paper*	Defesa, Ciência Política
20	NOGUEIRA, Edileuza de Melo. Atuação do Censipam na proteção, conservação e desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal e Amazônia Azul. 2023. https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2023/08/06-Atuacao-do-Censipam-na-protecao-conservacao-e-desenvolvimento-sustentavel-%E2%80%94-Edileuza-de-Melo-Nogueira.pdf	*Policy paper*	Defesa, Tecnologia
21	OLIVEIRA, Letícia Fernandes de. A litigância climática estratégica como potencial instrumento de proteção à Amazônia brasileira. 2023. https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/74642	Dissertação (Mestrado)	Direito

Continuação ...

Tabela 2 – conclusão

	Referência	Gênero textual	Assunto/área do conheci-mento
22	GUIMARÃES, Marcos de Souza Fonseca. A trajetória do Fundo Amazônia: configuração, estabilidade, paralisação e retomada analisada por meio do modelo de equilíbrio pontuado. 2024. (Dissertação) https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7840	Dissertação (ENAP)	Governança, Economia
23	NUNES, Karine Tavares. Comunicação sobre a Amazônia: jornalismo independente no enfrentamento à infodemia socioambiental no Brasil. 2024. (Dissertação) https://repositorio.unesp.br/entities/publication/4d71b3e3-1329-459a-8e2f-cac39be3f20e	Dissertação (Pós-graduação em Comunicação - UNESP)	Comunicação
24	COLARES, Couto Aiala et al. Atlas da Amazônia Brasileira. 2025. https://shs.hal.science/halshs-05044052/	Outras publicações	Caráter multidisciplinar

Fonte: Autores (2026)

3.4 Seleção, priorização e registro dos materiais mais relevantes – passo 4

Como dizem Morosini et al. (2021, p. 73), "[A] escolha atenta e pertinente do que se quer buscar contribuirá para melhores resultados na seleção do corpus de análise [...]". A fase seguinte, com uma leitura ainda mais atenta dos trabalhos levantados, tornou necessária uma nova seleção, eliminando para o momento os trabalhos que apenas tangenciavam com o tema ou que apresentavam outros tipos de limitação (viés político-ideológico, falta de profundidade, veículos de publicação de qualidade duvidosa, entre outros).

Nenhuma das dissertações de mestrado encontradas na seleção preliminar foi mantida no *corpus*, pois todas eram muito específicas em suas respectivas áreas (Direito, Economia e Comunicação) e apenas dialogavam a distância com a questão da soberania articulada com a sustentabilidade da Amazônia brasileira, no contexto das mudanças climáticas.

O texto categorizado como “artigo em revista informativa” foi mantido, dada a riqueza de informações e a qualidade de sua escrita. Trata-se de uma revista da Universidade de São Paulo – a Revista USP – e, embora este veículo tenha um caráter mais informativo, o texto encontrado na busca em nada deixa a desejar se comparado com outros textos acadêmicos.

O “Atlas da Amazônia brasileira” (categorizado como “outra publicação”), embora tivesse despertado interesse em um primeiro momento, revelou-se uma publicação irrelevante para a nossa pesquisa. Seu objetivo de realizar uma “desconstrução de estereótipos”, dando visibilidade a textos e perspectivas de autores que nasceram ou que atuam há muito tempo na Amazônia, pode ser objeto de um estudo à parte, voltado para questões relacionadas, por exemplo, à Análise do Discurso. Foi organizado e publicado pela Fundação Heinrich Böll, uma organização política alemã sem fins lucrativos que atua em 60 países (no Brasil, desde 2000). O único verbete do Atlas que se articula com o tema da pesquisa reduz a defesa da segurança e soberania nacional a “discurso militar” ou “retórica militar” e comete erros grosseiros, como confundir a função das Forças Armadas com a das instituições de segurança pública.

Três artigos foram excluídos ainda da seleção inicial por tratarem apenas superficialmente de assuntos relacionados à Amazônia, não trazendo informações relevantes para a pesquisa em si, nem dados que cooperem para o estudo da questão na contemporaneidade.

3.5 Identificação e seleção de fontes para o *corpus* de análise – passo 5

A fim de melhor organizar o trabalho, elaboramos a Tabela 3, com informações básicas sobre os textos selecionados.

Tabela 3 – Textos selecionados no passo 5

	Referência	Tópicos de interesse
1	COSTA, Eduardo José Monteiro da. A Amazônia, Sustentabilidade e Soberania: estabelecendo a Arena para os debates durante a COP 30 em Belém (Paper 572). Papers do NAEA, v. 1, n. 1. https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/16818	Articula "a busca pelo desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento da Amazônia e a questão da soberania nacional"; ressalta a participação direta e mesmo a liderança dos amazônidas em uma "construção de um 'pacto pela Amazônia'".
2	GARCIA, Tatiana de Souza Leite; GODOY, Luciene Patricia Canoa de; MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. Agenda Ambiental no Regionalismo Sul-Americano: os casos do MERCOSUL e da OTCA. Carta Internacional, v. 19, n. 2, p. e1429-e1429, 2024. https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1429	Conclui que "a institucionalidade é fundamental para a efetividade das ações ambientais no âmbito da OTCA e do Mercosul"; reafirma a busca pelo fortalecimento da soberania dos membros da OTCA.
3	SPADER, Ricardo. Os reflexos da segurança ambiental para o exercício da soberania do Estado Brasileiro na Amazônia Legal. Revista de Geopolítica, v. 15, n. 3, p. 1-17, 2024. http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/529	Análise pela Teoria da Complexidade e pela Teoria da Securitização. Destaque para a governabilidade Pragmática e Responsável da Política Externa brasileira, destacando as ações de gerenciamento em prol da soberania na Amazônia Legal."; estudo bem conduzido, com base nos Estudos de Segurança Internacional (ESI), especialmente sobre a visão pragmática do Brasil.
4	FURTADO, Everaldo Bastos; FRANCHI, Tássio. O Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM): uma estratégia de monitoramento ambiental e dissuasão para a Amazônia brasileira. Revista de Geopolítica, v. 14, n. 4, p. 1-15, 2023. http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/481	Dialoga com o texto anterior, no que diz respeito à securitização. Fala de "securitização ambiental". Aponta o CENSIPAM como importante elemento de dissuasão.
5	FERNANDES, Carolina Rosf Peroni. Financeirização do meio ambiente: respostas apresentadas na COP-26 para desacelerar mudanças climáticas. Geografares, n. 38, 2024. https://journals.openedition.org/geografares/12592	Menciona a coalizão LEAF como perda para o governo brasileiro (pois já não se direciona o dinheiro para o Fundo Amazônia); ressalta que "o engajamento das grandes empresas nessa questão pode ser interpretado como uma tentativa de capitalizar os recursos naturais, cooptando a agenda ambiental para seus próprios interesses". O avanço das mudanças climáticas "contribui para aumentar o alerta dos países amazônicos quanto aos cuidados com a região e a contestação da soberania sobre seus territórios."

Continuação ...

Tabela 3 – continuação

	Referência	Tópicos de interesse
6	FRANCHI, Tássio. Soberania e Meio Ambiente: as denúncias de crimes ambientais e a proteção aos povos indígenas como mecanismos de constrangimento internacional ao Brasil. 2024. https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2024/03/Artigo-Centro-Soberania-e-Clima-Soberania-e-Meio-Ambiente_Tassio-Franchi.pdf	"Em síntese, o texto explora o conceito de soberania nacional frente às pressões globais e os impactos das agendas internacionais sobre a ação governamental brasileira, apontando que existem complexidades e nuances dessa interação geopolítica, para além do bem comum da preservação ambiental ou da proteção dos povos indígenas."
7	FERREIRA, Márcio Borges; ALVES, Robson Ribeiro Vicente. A Política Nacional de Defesa e o meio ambiente: o impacto da temática ambiental no Planejamento Estratégico de Defesa. 2024. https://repositorio.esg.br/bitstream/123456789/2084/1/22%20-%20TCC%20CAED%202024_%20M%C3%A1rcio%20%26%20Robson.pdf	Estudo sobre a minuta da PND2024. Propõe ainda "o estudo e adequado tratamento de questões ambientais pelo setor de Defesa, a fim de evitar a influência de ações baseadas em argumentos da Ecologia Política, moldadas, algumas vezes, por interesses alheios aos anseios do Estado brasileiro, bem como mitigar a securitização exacerbada de questões ambientais prejudicando a sistemática do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC) empregada no âmbito Ministério da Defesa."
8	DEMENICIS, Luciene da Silva; PANTOJA, Nara Vidal. A IMPORTÂNCIA DA GEOINTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS NA AMAZÔNIA EM PROL DA DEFESA NACIONAL1. A ESCOLA SUPERIOR DE DEFESA, p. 198. https://www.gov.br/esd/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/anuario-de-artigos-do-caed/anuario_ano-2021-1.pdf#page=198	Estuda o emprego da Geointeligência nas Operações Interagências com vistas a mitigar a ameaça do desmatamento, contribuindo assim para a Defesa Nacional." Desmatamento como mais que uma ameaça ao meio ambiente, mas à sociedade, à economia e à defesa nacional. Operações Verde Brasil 1 e 2.
9	ALVARES, Ticiana de Oliveira; NARITA, Beatriz Sakuma; RODRIGUES, Marcela Cardoso. A geopolítica da Amazônia e a integração latino-americana. Revista USP, n. 136, p. 83-102, 2023. https://revistas.usp.br/revusp/article/view/211780	Citam Therezinha de Castro e Bertha Becker. Reconhecem que "integração regional deve envolver as distintas dimensões: territorial, desenvolvimento econômico e energético, infraestrutura, financiamento e também as forças de segurança e defesa que permitam afastar ameaças à coesão e à soberania de cada país da região". Concluem que é imprescindível o fortalecimento da cooperação e da integração dos países da Pan-Amazônia, inclusive para que possam colocar-se em melhor condição no sistema internacional.

Continuação ...

Tabela 3 – continuação

	Referência	Tópicos de interesse
10	MAIA NETO, Jacintho; FELIZARDO, Mariane Ferraz. AMAZÔNIA E DEFESA: INTERCONECTIVIDADES ATUAIS E FUTURAS. BRASIL E SUA INSERÇÃO FUTURA NA ORDEM MULTIPOLAR, p. 143. https://www.researchgate.net/profile/Elisa-Freitas/publication/391234364_A_COOPERACAO_MILITAR_BRASILEIRA_NA_CPLP_TENDENCIAS_JUNTO_AOS_PAISES_AFRICANOS/links/680f9db5d1054b0207e44c77/A-COOPERACAO-MILITAR-BRASILEIRA-NA-CPLP-TENDENCIAS-JUNTO-AOS-PAISES-AFRICANOS.pdf#page=164	História da defesa brasileira na Amazônia. Marcos e operações ambientais.
11	FERREIRA, Aurilene. Amazônia e Defesa: uma abordagem a partir do debate sobre desenvolvimento sustentável, soberania, defesa e segurança nacional na Amazônia brasileira. Diálogos Soberania e Clima, 2024. https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Dialogos-Soberania-e-Clima-Especial-No_03-Setembro-2024-Portugues-06-27-37.pdf	Histórico de políticas públicas e projetos desenvolvimentistas na Amazônia. Noção de soberania compartilhada na gestão dos recursos naturais da Amazônia, abordando as perspectivas de cooperação e conflito entre os países amazônicos. Conceito ampliado de segurança para compreender as novas dinâmicas.
12	MEDEIROS FILHO, Oscar. Por uma geopolítica sustentável para a Amazônia: soberania, segurança e desenvolvimento. Diálogos Soberania e Clima, 2024. https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Dialogos-Soberania-e-Clima-Especial-No_03-Setembro-2024-Portugues-06-38-49.pdf	Texto essencial. Termo “geopolítica sustentável” desenvolvido. Teóricos de base: Meira Mattos e Bertha Becker. Três recomendações sobre o tema: 1) mudança na comunicação estratégica do Brasil; 2) ampliação da cooperação regional por meio da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA); e 3) cooperação fronteiriça.
13	GOMES FILHO, Paulo Roberto da Silva. Impactos das mudanças climáticas sobre o preparo e o emprego das Forças Armadas. Diálogos Soberania e Clima, 2024. https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Dialogos-Soberania-e-Clima-Especial-No_01-Janeiro-2024-Portugues-03-24-33.pdf	Seis perspectivas nas quais as FFAA são afetadas pelas mudanças climáticas e recomendações correspondentes.

Continuação ...

Tabela 3 – conclusão

	Referência	Tópicos de interesse
14	DOS SANTOS, Antonio; RIBAS, Lídia Maria. Meio ambiente e soberania na Amazônia brasileira: desafio para o desenvolvimento nacional. Diálogos Soberania e Clima, 2024. https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Dialogos-Soberania-e-Clima-Especial-No_03-Setembro-2024-Portugues-06-78-89.pdf	Recomendações: Aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável, cooperação regional com a coordenação dos países amazônicos e diálogo fulcrado no desenvolvimento sustentável em integração com agentes da defesa e segurança nacional.
15	NOGUEIRA, Edileuza de Melo. Atuação do Censipam na proteção, conservação e desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal e Amazônia Azul. 2023. https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2023/08/06-Atuacao-do-Censipam-na-protecao-conservacao-e-desenvolvimento-sustentavel-%E2%80%94-Edileuza-de-Melo-Nogueira.pdf	Histórico do CENSIPAM. Recomendações: "1) auxiliar as atividades de pesquisa na região e programas de integração regional e de desenvolvimento sustentável; 2) promover o intercâmbio entre as instituições atuantes na região, para otimizar recursos evitando a sobreposição de atividades e; 3) divulgar o potencial tecnológico disponível para geração de dados e informações, evitando desta maneira a subutilização do sistema."

Fonte: Autores (2026)

Na Tabela 3, os textos estão organizados na seguinte ordem: artigos em revista acadêmica, artigo em veículo de publicação de *think tank,* artigos de monografia de final de curso (TCC – especialização), artigo em revista informativa (publicada por universidade – USP), capítulo de livro e *policy papers*.

3.6 Categorias analíticas e análise qualitativa - passo 6

A sexta etapa da metodologia consiste em fazer os textos selecionados dialogarem entre si, especialmente através da comparação (pelo que é comum e pelo que é diferente). Das abordagens e dos conceitos explorados é que são suscitadas as categorias, testadas e avaliadas constantemente, na construção de um mapa mental que proporcione uma melhor organização das leituras realizadas.

A primeira categoria proposta é a classificação pelo gênero textual, por uma

razão muito simples: o tipo de texto já revela muito do tom da escrita. O que se espera em um *policy paper*, por exemplo, é uma nuance mais propositiva, com a elaboração de recomendações; um capítulo de livro não é menos acadêmico que um artigo publicado em revista, mas é um pouco mais livre do ponto de vista formal, podendo adotar um tom mais ensaístico. Esta categorização já foi realizada no levantamento preliminar, no passo 3, assim como a categorização por assunto/área do conhecimento. Trata-se de informações básicas e genéricas, pois podem servir à organização de trabalhos sobre quaisquer temas.

O cotejamento dos conteúdos é o que permite, de fato, extrair o que é mais útil de cada texto e associar as observações entre si. Dos 15 trabalhos, 3 apresentaram conceitos novos e/ou relevantes para a pesquisa – um dado importante, especialmente em se tratando de um assunto sobre o qual há muito material publicado, mas nem sempre com novidade substanciosa. Furtado e Franchi (2023) trabalham a "securitização ambiental"; Medeiros Filho (2024), a "geopolítica sustentável". Ferreira (2024) reverbera a soberania compartilhada e o conceito ampliado de segurança. Todos estes tornam-se termos-chave para a nossa pesquisa, dados o seu escopo e objetivos.

Em se tratando de securitização, também Spader (2024) lança luz sobre a política externa do Brasil frente às manifestações sobre o assunto no exterior. Furtado e Franchi (2023) tratam de securitização ambiental a partir da análise de uma ferramenta – o SIPAM – como elemento de dissuasão. Franchi (2024) examina a reação do governo brasileiro às pressões internacionais na matéria, o que também é tangencialmente explorado por Ferreira e Alves (2024) ao analisarem a minuta da Política Nacional de Defesa (PND) 2024 e a forma como a temática ambiental se insere no documento.

É possível perceber em muitos textos a articulação (embora nem sempre evidente) entre segurança, desenvolvimento e defesa, perspectiva essencial para a compreensão da problemática a partir da ótica brasileira. Costa (2024) trata da intromissão de interesses financeiros (externos e/ou internos) e da importância – mais que isso, a imprescindibilidade – da cooperação regional no enfrentamento aos desafios

que integram a questão climática e ambiental no contexto amazônico. Álvares, Narita e Rodrigues (2023) abordam esta imprescindibilidade frente ao posicionamento dos países amazônicos no sistema global. Todos os *policy papers* preconizam a cooperação regional em suas recomendações, em maior ou menor destaque.

São também apontadas ações interagências na atenção dada ao problema, especialmente quando se traz para o debate outras intervenientes, como os crimes transnacionais. Demenicis e Pantoja (2023) acrescentam o instrumental da Geointeligência à interoperabilidade no tratamento do tema. Gomes Filho (2024) trata da possibilidade do emprego das forças armadas em missões humanitárias e conflitos de alta intensidade e do aumento deste emprego em missões de defesa civil. Nogueira (2023) também aponta as ações conjuntas como indispensáveis, acrescentando ainda a necessidade do uso cada vez mais comum e aprimorado da tecnologia – aspecto também levantado por Furtado e Franchi (2023) e Santos e Ribas (2024).

Embora questões históricas estejam presentes na maioria dos textos, alguns dão-lhes mais espaço. Ferreira (2024) elabora um histórico de políticas públicas voltadas para a questão, enquanto Nogueira (2023) detém-se no histórico do CENSIPAM. Na mesma direção, Maia Neto e Felizardo (2023) trazem ainda um panorama da presença militar na região, acrescentando um levantamento de marcos legais relacionados ao meio ambiente e às mudanças climáticas.

Sem denúncia de viés, alguns textos demonstraram mais atenção aos aspectos relacionados à defesa, tais como Gomes Filho (2024) e Ferreira e Alves (2024), enquanto outros se voltaram mais aos relacionados às mudanças climáticas – de que são exemplos Costa (2024) e Garcia, Godoy e Mariano (2024). Também identificamos os trabalhos que utilizaram em seu arcabouço teórico autores brasileiros especialistas no tema, como Bertha Becker, Therezinha de Castro e Carlos de Meira Mattos. Medeiros Filho (2024), por exemplo, resgata Becker e Meira Mattos. Embora Becker seja muito conhecida entre os acadêmicos, dada a importância de sua produção e a sua defesa constante da "floresta em pé", Meira Mattos ainda permanece circunscrito ao ambiente militar, embora mereça mais atenção da comunidade acadêmica em geral.

A fim de facilitar consultas posteriores e para auxiliar a organização dos textos nas categorias que julgamos pertinentes, elaboramos a Tabela 4.

Tabela 4 – Categorias e textos

Descrição	Textos
Apresentam conceitos novos/relevantes	4, 11, 12
Trabalham a questão da securitização	3, 4, 6, 7
Articulam segurança, desenvolvimento e defesa	1, 7, 8, 9, 11, 12, 14
Apresentam levantamento histórico	2, 7, 10, 11, 15
Chamam atenção para os interesses financeiros (externos e/ou internos)	3, 5, 6, 7, 13
Trazem evidência maior de preocupação com a defesa	7, 13
Trazem evidência maior de preocupação com as mudanças climáticas	1, 2, 15
Enfocam operações interagências	6, 8, 13, 15
Baseiam-se em autores da Geopolítica brasileira (Becker, Castro, Meira Mattos etc.)	9, 12, 13
Tocam a questão do monitoramento das florestas	4, 8, 13, 15
Indicam a importância da cooperação regional/fronteiriça	1, 2, 5, 9, 11, 12, 13, 14, 15
Inserem a política externa brasileira no debate	3, 4, 6, 9

Fonte: Autores (2026)

4 CONCLUSÃO

Ao final da aplicação da metodologia, foram obtidas fontes não apenas atuais, mas também relevantes, que, uma vez sintetizadas e organizadas conforme o estado de conhecimento, contribuem para o primeiro estágio da pesquisa. No entanto, algumas dificuldades surgiram ao longo do processo, embora não estejam necessariamente conectadas ao uso da metodologia em si.

Em primeiro lugar, o Google Acadêmico©, embora abarque simultaneamente várias bases de dados (motivo pelo qual foi escolhido para a aplicação da metodologia), não retornou alguns trabalhos relevantes para o tema (mesmo dentro dos parâmetros estabelecidos). Esta ferramenta, pelo que se pôde perceber, é afetada por uma alta

volatilidade, de forma que não apenas os resultados mudam, como também a ordem em que aparecem a cada nova busca, dentro de intervalos maiores, podem mudar. Os resultados também mudam se alteramos a ordem dos termos indutores, de forma que o uso desta ferramenta imprime uma certa insegurança. Outro entrave, como dito anteriormente, é o fato de um termo indutor ser tomado de forma literal pelo motor de busca.

Entende-se que uma determinada metodologia (ou um determinado procedimento metodológico, ou técnica de coleta de dados) não atenderá da mesma maneira a todos os temas. O estado de conhecimento, metodologia utilizada na execução deste trabalho, parece ser uma boa ferramenta para o estudo de temas sobre os quais há pouco material publicado, mas não parece atender ao estudo de temas mais frequentemente estudados, dada a infinidade de materiais que são captados na busca. Calibrar os termos de busca, aperfeiçoar o uso de operadores booleanos e testar as escolhas coordenando-as com o recorte temporal são medidas imprescindíveis para a boa aplicação do método. Mais importante, no entanto, é escolher uma base de dados cuja volatilidade não comprometa os resultados obtidos.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, com bolsa de mestrado para o Projeto “Defesa e mudanças climáticas: interconexões e dinâmicas geopolíticas no âmbito do Entorno Estratégico Brasileiro” (PRO-DEFESA V3087660P)”.

REFERÊNCIAS

ALVARES, Ticiana de Oliveira; NARITA, Beatriz Sakuma; RODRIGUES, Marcela Cardoso. A geopolítica da Amazônia e a integração latino-americana. **Revista USP**, n. 136, p. 83-102, 2023. https://revistas.usp.br/revusp/article/view/211780

COSTA, Eduardo José Monteiro da. A Amazônia, Sustentabilidade e Soberania: estabelecendo a Arena para os debates durante a COP 30 em Belém (Paper 572). **Papers do NAEA**, v. 1, n. 1. https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/16818

DEMENICIS, Luciene da Silva; PANTOJA, Nara Vidal. A importância da Geointeligência nas operações interagências na Amazônia em prol da defesa nacional. **Anuário do CAED**, Escola Superior de Defesa, p. 198. https://www.gov.br/esd/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/anuario-de-artigos-do-caed/anuario_ano-2021-1.pdf#page=198

DOS SANTOS, Antonio; RIBAS, Lídia Maria. Meio ambiente e soberania na Amazônia brasileira: desafio para o desenvolvimento nacional. **Diálogos Soberania e Clima**, 2024. https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Dialogos-Soberania-e-Clima-Especial-No_03-Setembro-2024-Portugues-06-78-89.pdf

FERNANDES, Carolina Rosf Peroni. Financeirização do meio ambiente: respostas apresentadas na COP-26 para desacelerar mudanças climáticas. **Geografares,** n. 38, 2024. https://journals.openedition.org/geografares/12592

FERREIRA, Aurilene. Amazônia e Defesa: uma abordagem a partir do debate sobre desenvolvimento sustentável, soberania, defesa e segurança nacional na Amazônia brasileira. **Diálogos Soberania e Clima**, 2024. https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Dialogos-Soberania-e-Clima-Especial-No_03-Setembro-2024-Portugues-06-27-37.pdf

FERREIRA, Márcio Borges; ALVES, Robson Ribeiro Vicente. A Política Nacional de Defesa e o meio ambiente: o impacto da temática ambiental no Planejamento Estratégico de Defesa. **CAED**. 2024. https://repositorio.esg.br/bitstream/123456789/2084/1/22%20-%20TCC%20CAED%202024_%20M%C3%A1rcio%20%26%20Robson.pdf

FRANCHI, Tássio. Soberania e Meio Ambiente: as denúncias de crimes ambientais e a proteção aos povos indígenas como mecanismos de constrangimento internacional ao Brasil. **Diálogos Soberania e Clima**, 2024. https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2024/03/Artigo-Centro-Soberania-e-Clima-Soberania-e-Meio-Ambiente_Tassio-Franchi.pdf

FURTADO, Everaldo Bastos; FRANCHI, Tássio. O Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM): uma estratégia de monitoramento ambiental e dissuasão para a Amazônia brasileira. **Revista de Geopolítica**, v. 14, n. 4, p. 1-15, 2023. http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/481

GARCIA, Tatiana de Souza Leite; DE GODOY, Luciene Patricia Canoa; MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. Agenda Ambiental no Regionalismo Sul-Americano: os casos do MERCOSUL e da OTCA. **Carta Internacional**, v. 19, n. 2, p. e1429-e1429, 2024. https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1429

GOMES FILHO, Paulo Roberto da Silva. Impactos das mudanças climáticas sobre o preparo e o emprego das Forças Armadas. **Diálogos Soberania e Clima**, 2024. https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Dialogos-Soberania-e-Clima-Especial-No_01-Janeiro-2024-Portugues-03-24-33.pdf

MAIA NETO, Jacintho; FELIZARDO, Mariane Ferraz. Amazônia e defesa: interconectividades atuais e futuras. In: DOS SANTOS, ANTONIO; RIBAS, Lídia Maria; GÓES, Guilherme Sandoval (Org.). **Brasil e a sua Inserção Futura na Ordem Multipolar**. Rio de Janeiro: Catalivros, 2025. p. 143-165. https://www.researchgate.net/profile/Elisa-Freitas-2/publication/391234364

MEDEIROS FILHO, Oscar. Por uma geopolítica sustentável para a Amazônia: soberania, segurança e desenvolvimento. **Diálogos Soberania e Clima**, 2024. https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Dialogos-Soberania-e-Clima-Especial-No_03-Setembro-2024-Portugues-06-38-49.pdf

MEIRA MATTOS, Carlos de. Uma Geopolítica Pan-Amazônica. In: **Geopolítica** (volume I). Rio de Janeiro: FGV e Biblioteca do Exército, [1980] 2011.

MOROSINI, Marília Costa.; NASCIMENTO, Lorena Machado do.; NEZ, Egeslaine de. Estado de conhecimento: metodologia na prática. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas – TO, v. 8, n. 55, p. 70-81, ago. 2021.

NOGUEIRA, Edileuza de Melo. Atuação do Censipam na proteção, conservação e desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal e Amazônia Azul. **Diálogos Soberania e Clima**, 2023. https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2023/08/06-Atuacao-do-Censipam-na-protecao-conservacao-e-desenvolvimento-sustentavel-%E2%80%94-Edileuza-de-Melo-Nogueira.pdf

SPADER, Ricardo. Os reflexos da segurança ambiental para o exercício da soberania do Estado Brasileiro na Amazônia Legal. **Revista de Geopolítica**, v. 15, n. 3, p. 1-17, 2024. http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/529

Autoria

1 Oscar Medeiros Filho

Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo; Doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo; Pós-doutorado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília; Professor

https://orcid.org/0000-0002-2530-7477 • oscarmedeirosfilho@gmail.com

2 Michele Eduarda Brasil de Sá

Graduação em Direito pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas; Graduação em Letras - habilitações em português, latim, japonês e literaturas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestrado em Mestrado em Línguas e Literaturas Clássicas (Latim) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Graduação em Relações Internacionais e Filosofia pelo Centro Universitário da Cidade; Doutorado em Línguas e Literaturas Clássicas (Latim) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Graduação em Filosofia pela Universidade do Sul de Santa Catarina; Mestrado em Segurança, Desenvolvimento e Defesa pela Escola Superior de Defesa; Pós-Doutorado em Estudos Literários da Universidade Federal de Uberlândia; Pós-Doutorado em Letras da Universidade Federal do Amazonas; Pós-Doutorado pelo Colégio Interamericano de Defesa; Professora

https://orcid.org/0000-0001-5487-9557 • michedu@gmail.com

Como citar este artigo

MEDEIROS FILHO, O.; SÁ, M. E. B. Amazônia, mudanças climáticas e defesa: um estudo a partir da metodologia do estado de conhecimento. **InterAção**, Santa Maria, v. 17, n. 3, e97244, p. 1-26, 2026. DOI 10.5902/2357797597244. Disponível em: https://dx.doi.org/10.5902/2357797597244. Acesso em: dia mês abreviado. ano.